



PROCESSO DE PROMOÇÃO 2025
QUADRO DO MAGISTÉRIO | ANOS: 2018 / 2019 / 2020 / 2021 / 2022 / 2023

001. PROVA OBJETIVA

ASSISTENTE DE DIRETOR DE ESCOLA | COORDENADOR PEDAGÓGICO | DIRETOR DE ESCOLA

(OPÇÕES: 001 A 003)

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____ Inscrição _____ Prédio _____ Sala _____ Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

01. Considerando o que estabelece o artigo 37 da *Constituição da República Federativa do Brasil* de 1988, assinale a alternativa que apresenta uma determinação correta relacionada às disposições gerais da Administração Pública.

- (A) É vedada qualquer contratação temporária por tempo determinado para atender a interesses públicos excepcionais.
- (B) São garantidos ao servidor público civil o direito à livre associação sindical e o direito de greve, devendo este ser exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- (C) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis a brasileiros e estrangeiros, com ou sem deficiência, em igualdade de concorrência e sem reserva de percentual de vagas.
- (D) É permitida a acumulação remunerada de cargos públicos quando houver compatibilidade de horários, exceto no caso de dois cargos de professor.
- (E) A remuneração dos servidores públicos deve obedecer ao piso salarial estabelecido em lei, não havendo limites a serem obedecidos para o teto salarial.

02. Um estudante do 5º ano do ensino fundamental relatou reservadamente a uma professora estar sofrendo maus-tratos do padrasto, afirmando não ter coragem de contar à mãe, que trabalha muito e parece sobrecarregada. Pediu sigilo à professora, afirmando querer apenas desabafar. Sensibilizada, a professora o aconselhou a buscar ajuda com outro familiar, garantindo manter sigilo por considerar essa a melhor conduta.

De acordo com o artigo 245 da Lei nº 8.069/1990 (*Estatuto da Criança e do Adolescente*), a conduta assumida pela professora está

- (A) incorreta, pois é infração a não comunicação à autoridade competente quando se tem conhecimento sobre suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente.
- (B) correta, pois a quebra de sigilo em caso de divulgação a terceiros sobre situações privadas envolvendo menores de idade é crime inafiançável.
- (C) correta, pois a ocorrência de maus-tratos em âmbito familiar é questão de ordem judicial a ser encaminhada por familiar e/ou responsável.
- (D) correta, pois a comunicação de casos de maus-tratos envolvendo crianças e adolescentes às autoridades competentes deve ocorrer apenas quando há sua confirmação mediante provas.
- (E) incorreta, pois a previsão legal para a situação determina a imediata convocação dos responsáveis pelo aluno para advertência por parte da instituição de ensino.

03. Daniela é estudante do 7º ano em uma escola da rede estadual de São Paulo. Ela terá de se ausentar de uma prova de matemática agendada em um dia em que, respeitando os preceitos de sua religião, não pode ir à escola para atividades dessa natureza. Uma alternativa prevista para a situação descrita, conforme o artigo 7º A da Lei nº 9.394/1996, é:

- (A) recuperação escolar realizada junto com estudantes que não atingiram a média, caso o somatório das demais notas da estudante não seja suficiente para sua aprovação.
- (B) compensação da nota perdida de forma diluída em outras atividades, preferencialmente valorizando a frequência e a participação em aula.
- (C) prova *online* simultânea à presencial, com conteúdo e grau de dificuldade equivalentes aos que serão exigidos dos demais estudantes.
- (D) trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino.
- (E) prova de reposição, a ser realizada em data alternativa, com cobrança de taxa equivalente às demais provas substitutivas, se previsto no regulamento da escola.

04. O documento *Indicadores da Qualidade na Educação* (2004) é um instrumento que visa à avaliação e à melhoria da qualidade da escola. Assinale a alternativa coerente com as recomendações de utilização do documento apresentadas em seu próprio texto.

- (A) O instrumento tem como objetivo conscientizar a escola de sua responsabilidade pelos problemas que enfrenta, desonerando o sistema escolar de questões particulares e locais.
- (B) A decisão de utilizar os indicadores e de compartilhar os resultados obtidos na avaliação é da escola, sendo voluntária sua adesão a iniciativas coletivas a esse respeito.
- (C) A avaliação realizada é de uso exclusivamente interno e não deve ser compartilhada com instâncias superiores ou com a comunidade externa, de modo que a equipe escolar seja preservada.
- (D) Os resultados obtidos a partir do instrumento deverão passar por análise externa, a fim de garantir a fidedignidade da avaliação aos parâmetros adotados.
- (E) As informações produzidas a partir do instrumento devem ser divulgadas publicamente e utilizadas em *rankings*, para efeitos de comparação entre as escolas.

05. Leia o excerto a seguir, adaptado do documento *Diretrizes do Programa Ensino Integral*, do Estado de São Paulo.

_____ é um dos princípios educativos que sustentam o Programa Ensino Integral. Por sua vez, _____ é simultaneamente o foco para onde devem convergir todas as ações da escola e a metodologia que apoiará o estudante na sua construção.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas.

- (A) O Desenvolvimento Infantil ... a Ludicidade Infantil
- (B) A Modernização Pedagógica ... a Educação Tecnológica
- (C) O Protagonismo Juvenil ... o Projeto de Vida
- (D) A Participação Discente ... o Projeto Político-Pedagógico
- (E) A Formação Integral ... a Crítica Social

06. Considerando o que estabelece o *Documento Básico das Matrizes de Referência para a Avaliação do Saesp* (2009), é correto afirmar que a matriz que subsidia o referido exame

- (A) prioriza as estruturas conceituais mais específicas das disciplinas básicas do currículo comum.
- (B) baseia-se em habilidades concretas, refutando a suposição de expectativas de aprendizagem e estruturas gerais da inteligência.
- (C) representa um recorte dos conteúdos do currículo e privilegia algumas competências e habilidades a eles associadas.
- (D) analisa as competências e habilidades cognitivas particulares dos alunos, traçando perfis discentes.
- (E) faz uma ampla varredura de todas as aprendizagens que o currículo possibilita, propiciando um panorama integral.

07. É uma meta declarada do *Plano Estadual de Educação de São Paulo – PEE* (Lei nº 16.279/2016):

- (A) universalizar a educação em tempo integral para as crianças do ensino fundamental II.
- (B) alfabetizar ao menos 95% das crianças até o final do ensino fundamental I.
- (C) elevar, até o final do período de vigência do PEE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio bilíngue para 45%.
- (D) universalizar a matrícula na rede pública regular de ensino da população em idade escolar com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação.
- (E) oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

08. O Decreto nº 55.588/2010, que dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo e dá providências correlatas, considera que transexuais e travestis possuem

- (A) identidade de gênero distinta do sexo biológico.
- (B) binarismo de gênero.
- (C) orientação sexual caracterizada pela cisgeneridade.
- (D) atração sexual por pessoas do mesmo sexo biológico.
- (E) autoimagem caracterizada por ideologia de gênero.

09. Conforme o artigo 6º, inciso V, da Lei nº 15.667/2015 (que dispõe sobre a criação, a organização e a atuação dos grêmios estudantis nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio públicos e privados), os representantes do grêmio devem ter assegurado o seu acesso

- (A) aos prontuários de estudantes, docentes e funcionários.
- (B) a procedimentos administrativos e judiciais de qualquer natureza.
- (C) ao voto em eleições de qualquer natureza envolvendo cargos de confiança na instituição.
- (D) a todas as dependências da instituição.
- (E) aos relatórios escolares de todos os estudantes.

10. A Resolução SEDUC nº 4/2024 dispõe sobre a avaliação de desempenho de Diretores Escolares/Diretores de Escola e dá providências correlatas. Suas disposições consideram, explicitamente, a importância de adotar critérios _____ que permitam a análise _____ do desempenho dos diretores, visando à promoção de uma gestão escolar eficaz.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas.

- (A) atitudinais ... subjetiva
- (B) quantitativos ... objetiva
- (C) qualitativos ... política
- (D) de satisfação ... pública
- (E) de excelência ... pessoal

11. De acordo com o artigo 1º da *Portaria do Coordenador*, de 14 de março de 2024, o apoio presencial do Diretor Escolar/Diretor de Escola, Vice-diretor Escolar, Coordenador de Gestão Pedagógica/Coordenador de Gestão Pedagógica Geral e Coordenador de Gestão Pedagógica por Área de Conhecimento à rotina dos professores em sala de aula é estabelecido como
- (A) iniciativa recomendada.
 - (B) pressuposto necessário.
 - (C) medida cautelar.
 - (D) ato normativo.
 - (E) interferência intimidatória.
12. O documento *Política de Educação Especial do Estado de São Paulo* (2021) menciona que a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP) possui um órgão dedicado à inclusão educacional, à educação de jovens e adultos e ao atendimento especializado, contando com três centros: o Centro de Inclusão Educacional (CINC); o Centro de Jovens e Adultos (CEJA); e o Centro de Apoio Pedagógico (CAPE). Esse órgão é
- (A) o Centro de Serviços de Assistência ao Aluno (CSERV).
 - (B) a Divisão de Educação Especial (DIEE).
 - (C) o Departamento de Modalidades Educacionais e Atendimento Especializado (DEMOD).
 - (D) a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI).
 - (E) o Centro de Demanda Escolar e Planejamento da Rede Física (CEDEP).
13. Analisando-se a série histórica de 2008 e 2020, houve aumento constante do número de matrículas de estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial na rede estadual. De acordo com o documento *Política de Educação Especial do Estado de São Paulo* (2021), essa realidade é reflexo
- (A) das mudanças de paradigma em relação à pessoa com deficiência.
 - (B) do uso excessivo de tecnologia por estudantes.
 - (C) da nova tipificação psiquiátrica das deficiências.
 - (D) da psicologização do cotidiano escolar.
 - (E) de uma gestão político-partidária na rede estadual de ensino.
14. De acordo com o que expõe o documento *Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania* (2004), a função de presidente do Conselho Escolar
- (A) foi extinta, dado o caráter horizontal e autogestionário desse órgão colegiado.
 - (B) deve ser ocupada pelo diretor da escola, na condição de membro nato.
 - (C) é vetada a gestores da escola, a fim de preservar a representatividade comunitária.
 - (D) deve ser ocupada a partir de uma indicação da Diretoria de Ensino.
 - (E) é ocupada a critério de cada Conselho, conforme seu Regimento Interno.
15. De acordo com o parágrafo 3º do artigo 3º da Resolução nº 1/2004, o ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica refere-se aos componentes curriculares
- (A) de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, exclusivamente.
 - (B) de Educação Artística, Literatura e História do Brasil, especialmente.
 - (C) de História e Geografia Geral, especificamente.
 - (D) da Parte Diversificada e Transversal do currículo, preferencialmente.
 - (E) da Parte Comum e Transversal do currículo, obrigatoriamente.
16. De acordo com o documento *Currículo Paulista* (2019), a equidade diz respeito
- (A) ao reconhecimento da igualdade das necessidades dos estudantes, em detrimento das diferenças individuais.
 - (B) à flexibilização das competências previstas no currículo, considerando que a inserção no mercado não apresenta as mesmas demandas a todos os públicos.
 - (C) à inclusão de todos os estudantes nas escolas e à garantia do direito à educação pública e de qualidade prevista na legislação.
 - (D) à oferta de respostas comuns ao público atendido nas diversas modalidades de ensino, independentemente das necessidades locais.
 - (E) ao compromisso de substituir aprendizagens essenciais que todos os estudantes deveriam desenvolver por outras definidas de modo personalizado.

17. O documento *Currículo Paulista: etapa Ensino Médio* (2020) prioriza cinco campos de atuação social para a proposta de práticas de linguagem. Entre eles está o campo
- (A) da vida familiar.
 - (B) das práticas de persuasão.
 - (C) do letramento digital.
 - (D) de atuação na vida pública.
 - (E) da ideologia política.
18. Tendo em vista que as taxas de evasão e abandono no ensino médio são significativas, o documento *Currículo Paulista: etapa Ensino Médio* (2020) visa tornar o percurso mais atraente para os jovens. Uma das alternativas apresentadas pelo documento para reduzir a evasão escolar e possibilitar a construção de competências e habilidades para o século XXI consiste em
- (A) universalizar a ampliação da jornada escolar de oito horas e unificar as metodologias de ensino, cumprindo o compromisso com a educação integral no Estado.
 - (B) diversificar o ensino médio e atender às expectativas do projeto de vida do estudante, independentemente da sua escolha para a vida acadêmica ou para o mundo do trabalho.
 - (C) priorizar o desenvolvimento do estudante em suas dimensões cognitiva e técnica, devido ao crescente interesse do jovem na capacitação para o mercado de trabalho.
 - (D) encarar o estudante como um espectador de seu processo de aprendizagem, assumindo a intencionalidade pedagógica de direcioná-lo para a adaptação social.
 - (E) realçar a passagem do ensino fundamental para o ensino médio, de modo que esse processo seja vivenciado pelo estudante como uma conquista, e não como algo natural.
19. De acordo com resenha apresentada em *Gestão escolar e formação de gestores* (Em Aberto, v. 17, n. 72, 2000), o livro *A escola participativa: o trabalho do gestor escolar* assume que a democratização escolar tem avançado significativamente, o que se vê, entre outros aspectos,
- (A) pela adoção de modelos de gestão clientelista, com foco na experiência do estudante.
 - (B) pela centralização dos sistemas de ensino, desonerando a equipe pedagógica.
 - (C) pela isenção da comunidade escolar na seleção do diretor da escola.
 - (D) pelo emprego de mecanismos autocráticos como promotores da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.
 - (E) pelo controle de recursos financeiros por parte da escola.
20. De acordo com resenha apresentada em *Gestão escolar e formação de gestores* (Em Aberto, v. 17, n. 72, 2000), o livro *Autonomia da escola: princípios e propostas* pressupõe que o ponto de partida da produção material da vida e da produção social do conhecimento, da cultura e da cidadania é sempre
- (A) local, mas o processo de humanização e a cidadania implicam superar o localismo.
 - (B) local, e, portanto, o processo de humanização e a cidadania devem se fixar no localismo.
 - (C) local e global, devendo, porém, o processo de humanização e a cidadania fixarem-se no particularismo.
 - (D) global, e, portanto, o processo de humanização e a cidadania devem se fixar no globalismo.
 - (E) global, mas o processo de humanização e a cidadania implicam superar o globalismo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A. C. G. da Costa e M. A. Vieira (2006) analisam a educação escolar como parte do processo mais amplo de educação, o qual se relaciona com o contexto social brasileiro, inserido no global, que vive “uma nova Revolução Industrial”, com base na microeletrônica. Os autores apoiam-se no artigo 205 da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 1º e 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, e levam em consideração experiências históricas do século XX, ao apontarem o desafio que se coloca aos educadores: construir um “novo horizonte antropológico para a educação”, procurando “responder às indagações acerca dos conceitos de _____, como concepções sustentadoras da prática pedagógica”.

Assinale a alternativa que preenche a lacuna, corretamente, de acordo com a reflexão e a argumentação dos autores.

- (A) desigualdade e de solidariedade
- (B) instrução e de competitividade
- (C) homem e de mundo
- (D) escolarização e de economia
- (E) tecnologia e de ensino

22. Libâneo (2018) aponta que “as escolas são parte do todo social”, e que “as políticas, as diretrizes curriculares, as formas de organização do sistema de ensino estão carregadas de significados sociais e políticos, afetando as ideias, as atitudes, modos de agir e comportamentos de professores e alunos, bem como as práticas pedagógicas, curriculares e organizacionais”. O autor afirma existirem estudos com “análises muito abalizadas sobre organização e gestão da educação”, “neste momento de reestruturação produtiva capitalista, globalização da economia, avanços tecnológicos, em que as políticas econômicas, sociais e educacionais são levadas a se ajustar ao modelo de desenvolvimento capitalista que ora se consolida”.

Considerando os múltiplos aspectos do *intra* e o *extra* escolar, Libâneo posiciona-se, argumentando que essa “forma de ver a dinâmica da vida da escola” leva a considerar “a organização escolar como

- (A) um conjunto (...) de mecanismos indispensáveis para formar mão de obra adequada” ao atual mercado de trabalho, seguindo “modelos curriculares de países desenvolvidos”.
- (B) uma instituição neutra e consolidada pela experiência histórica”, necessitando, apenas, para ajustar-se à globalização capitalista, da “adoção de equipamentos de tecnologia digital”.
- (C) um aparelho ideológico valioso” em toda sociedade: “para os que estão no poder, por quererem, aí, manter-se”; para seus opositores, por buscarem “tomar a escola e, assim, chegar ao poder”.
- (D) uma instituição aberta, cuja estrutura e processos de organização e gestão são constantemente construídos pelos que nela trabalham”(...) e pelos seus usuários (...).”.
- (E) um instrumento oficial (...), garantidor da instrução das novas gerações, sob “a responsabilidade política da União e sob o comando técnico-pedagógico dos estados e municípios”.

23. As sociedades transmitem às novas gerações sua cultura, seu modo de pensar, sentir e agir, dando continuidade a ele e renovando-o, no decurso histórico, por meio do processo educativo. Desde a modernidade, a escola para pessoas comuns, nem nobres, nem clérigos, participa desse processo educativo, sempre compartilhando com a família e com outros setores sociais, os diversos aspectos da transmissão cultural, mas sendo incumbida da transmissão/apropriação do conhecimento sistematizado pela sociedade, às novas gerações.

Fernando Becker (2012) analisa diferentes concepções de aprendizagem e de conhecimento, elaboradas sobretudo do século XX para cá, e discute a pertinência de modelos de ensino adotados pela escola para dar conta dessa sua incumbência principal.

Considerando as concepções que Becker distingue como as mais avançadas, o ensino que deve obter melhores resultados é aquele que

- (A) é atento à condição socioeconômica do educando, reforça explicações e atividades com conteúdos relevantes para a inserção social e profissional, favorecendo habilidades determinadas.
- (B) avalia a fase de desenvolvimento em que está o educando, interpreta o que ele já sabe sobre o objeto que mobiliza sua ação, e articula esse saber ao conhecimento sistematizado, com diálogo e desafios.
- (C) promove o desenvolvimento do educando, com bom humor e claras explicações sobre os conteúdos curriculares indispensáveis para a vida em sociedade e para o engajamento no mundo do trabalho.
- (D) garante o desenvolvimento adequado do educando, com explicações claras dos conteúdos, fartos exercícios de fixação, avaliações frequentes e aulas de recuperação conforme os erros.
- (E) dá total liberdade aos educandos, a partir da apresentação dos conteúdos curriculares a serem dominados, com a possibilidade de atividades individuais ou em grupos, mantida a convivência ordeira.

24. Fernando Becker, na obra “Educação e construção do conhecimento” (2012), com a intenção de favorecer um trabalho educativo escolar realmente proveitoso para a aprendizagem e o desenvolvimento de crianças e adolescentes, esclarece diversas conceituações trazidas pelo pesquisador suíço, Jean Piaget, por meio da Psicologia Genética.

Nesse sentido, Becker explicitou claramente que, na concepção de Piaget, o desenvolvimento humano se dá

- (A) por estimulação, primeiro da família e depois da escola, fazendo o indivíduo avançar de um estágio para outro, desde que essa estimulação esteja de acordo com a faixa etária e apresente desafios e apoios.
- (B) por maturação de capacidades determinadas e geneticamente herdadas, seguindo uma cronologia fixa de estágios ou etapas: de zero a dois anos; de dois a cinco anos; de cinco a dez anos; de dez a quinze anos.
- (C) de dentro para fora e permite ao indivíduo, segundo sua herança genética, aprender coisas cada vez mais complexas que lhe são ensinadas, numa progressão contínua de etapas, variáveis de um indivíduo para outro.
- (D) por “insights”, capacidades de compreensão, os quais surgem como estalos repentinos, mas que constituem momentos de síntese de percepções parciais que vão se articulando até formar uma “totalidade”.
- (E) a partir da ação do sujeito sobre a realidade, numa sucessão invariável de estádios, na qual cada novo estágio engloba e reorganiza os anteriores em uma estrutura mais complexa, graças aos atributos novos que traz.

25. O trabalho educativo escolar participa do amplo processo educacional, juntamente com as famílias e com outras instituições, visando a garantir o direito de desenvolvimento integral às crianças e aos jovens. Qual o “lugar” da afetividade nesse desenvolvimento? Becker (2012) explicita a contribuição de Jean Piaget a esse respeito, esclarecendo que, “na epistemologia genética,

- (A) compreende-se que a inteligência, em termos de cognição, tem um desenvolvimento paralelo ao da inteligência emocional”, sem nenhuma “interferência mútua”.
- (B) afetividade e razão se confundem nos estádios iniciais do desenvolvimento” e, nos posteriores, “elas se separam: razão predomina na escola e afetividade, na vida social”.
- (C) a afetividade é entendida como parte da bagagem genética, a qual necessita, apenas, de um amadurecimento natural, que ocorre com o avanço da idade”, enquanto a razão se constitui mediante o ensino”.
- (D) razão e emoção jamais se separam” e “não se confundem”, pois “constituem duas faces irredutíveis da atividade humana cognitiva”, sendo, a afetividade, “o motor da ação”.
- (E) as pesquisas abordaram, apenas, a cognição e a razão, nos diversos estádios do desenvolvimento humano”, endossando “toda a teoria da Psicanálise de Freud sobre a afetividade”.

26. O trabalho educativo escolar envolve relações entre adultos e com crianças e adolescentes que pertencem a diferentes contextos sócio-culturais, com a incumbência de promover seu desenvolvimento cognitivo, articulado ao socioafetivo, ao moral e ao ético, com vistas à cidadania democrática. No contexto desse trabalho, educadores e educandos vivem situações de conflito. Na obra de autoria de Cláudia Ceccon e outros (2009), a respeito dos conflitos na escola, encontramos elementos para refletir sobre eles, de modo a atuar positivamente em relação a eles.

Resumidamente, é correto afirmar que os autores dessa obra consideram os conflitos

- (A) negativos e resultantes de negligência com a disciplina, base da aprendizagem escolar, cujo cuidado deve ser reforçado, para impedi-los.
 - (B) inerentes à vida, às interações entre indivíduos com interpretações e interesses diferentes, sendo positivos, quando resolvidos pelo diálogo.
 - (C) condenáveis, se ocorrerem entre educadores, mas desejáveis entre os alunos, expressando competição na busca de protagonismo.
 - (D) indesejáveis na escola, seja entre professores, seja entre alunos, pois tiram o foco do ensino e fomentam a violência.
 - (E) sempre negativos no contexto escolar, devendo, por isso mesmo, serem reprimidos, se não puderem ser evitados.
27. Os documentos oficiais do Brasil que fixam o direito de todos à educação, colocando-a ao encargo do Estado e das famílias, com a colaboração da sociedade, apontam para um ensino fundado em princípios de liberdade e ideais de solidariedade humana. Os processos e ambientes educacionais, em nossas escolas públicas, coerentes com tais propósitos não permitem coexistência com _____, pois, conforme análises e argumentações de Ceccon e outros (2009), citando Njaine e Minayo (2003), “_____ é um termo muito complexo, mas sempre que falamos nela estamos falando de relações desiguais, em que um tenta dominar, agredir física ou emocionalmente ou, ainda, se omite de seu papel em relação ao outro”.

Assinale a alternativa em que o termo preenche corretamente as lacunas da frase, de acordo com a obra de referência.

- (A) a superstição
- (B) a mentira
- (C) a violência
- (D) a indisciplina
- (E) a discordância

28. No mundo contemporâneo, a prática social, atravessada pelo conhecimento sistematizado e pela reorganização das famílias, imposta pelo trabalho das mulheres fora do lar, demandam uma reorganização crítica do trabalho educativo escolar com crianças e jovens, na busca de garantir, a todos, o direito ao desenvolvimento humano integral; busca, essa, compartilhada com o Estado e as famílias.

Considerando esse contexto e essa demanda, temos a contribuição do estudo *Interação escola-família*, de Castro e Regattieri (org.), UNESCO, MEC, 2010, o qual procurou articular “esforços teóricos e práticos a partir do levantamento de experiências já implementadas e de pesquisas sobre a relação escola-família no Brasil”. Na finalização desse documento, os autores dirigem aos educadores escolares, sinalizações importantes que o estudo lhes permitiu. Destacam, por exemplo, que, “das várias funções que a interação escola-família pode ter”, eles privilegiam:

- (A) “o conhecimento dos alunos no seu contexto como um primeiro passo necessário para o estabelecimento de uma relação que vai se desenvolvendo ao longo do tempo”.
- (B) “a organização, das famílias em movimentos reivindicatórios, junto às secretarias de educação, em favor de melhorar as condições de funcionamento das unidades escolares”.
- (C) “a demonstração de tratamento uniforme que a escola dá aos alunos e suas famílias, sem olhar, sem analisar e sem avaliar sua condição socioeconômica, suas raízes culturais, sua origem étnica”.
- (D) “a informação que a escola pode dar ao pais para que se envolvam na vida escolar dos filhos e os ajudem nas tarefas de casa, além de exigirem sua disciplina em sala de aula”.
- (E) “o incentivo à participação dos pais e mães, principalmente os mais instruídos, em conselhos e outras instâncias de democratização da escola”.

29. Macedo (2005), na obra *“Ensaio pedagógico: como construir uma escola para todos?”*, escreve que, “o interessante do ponto de vista teórico, e talvez injusto do ponto de vista prático, é que, às vezes, usamos as pessoas com deficiência como referência para afirmarmos que somos normais, que não temos o que elas têm. Ou seja, usamos o critério de classe. Se usássemos o critério da relação, isso nos desafiaria para outras formas de compreensão.” E continua: “A proposta da inclusão, apesar de todos os desafios que nos coloca, é considerar a relação entre as pessoas de forma

- (A) isenta, neutra, ensinando a todos de modo idêntico, e com clareza”.
- (B) técnico-pedagógica, adaptando os conteúdos escolares de acordo com cada deficiência”.
- (C) humanitária, ou seja, com a disposição de ajudar quem carrega alguma deficiência”.
- (D) colaborativa, com profissionais especializados monitorando alunos com diferentes tipos de deficiências”.
- (E) interdependente, ou seja, indissociável e complementar”.

30. Mantoan (2015) analisa profundamente a questão da diferença e da diferenciação que caracteriza a igualdade humana, refletindo sobre o direito de todos ao desenvolvimento pleno e à aprendizagem; direito esse a ser garantido por meio de ensino de qualidade, em escolas que “reconhecem e valorizam a diferença de todos”. Nesse sentido, a autora argumenta que “superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com toda urgência”, e destaca que “recriar esse modelo tem que ver com o que entendemos como qualidade de ensino.” Mantoan defende que “uma escola se distingue por um ensino de qualidade” quando é capaz de formar pessoas,

- (A) bem informadas, atualizadas, com autoestima elevada, mesmo reconhecendo suas limitações ou deficiências que a escola ajudou a compensar, em clima de respeito e com assessoria de monitores.
- (B) com igual conhecimento, a despeito de suas limitações, porque promove, ensino com ciclos de recuperação, adaptações no currículo, além de adquirir equipamentos de última geração para deficientes visuais e auditivos.
- (C) preparadas para, nesse mundo competitivo, lutar em igualdade de condições, por um lugar digno na sociedade e por um salário razoável, assim como para defender-se de discriminações e preconceitos.
- (D) com personalidades autônomas, criativas, críticas, em clima de solidariedade, com práticas pedagógicas em que predominam a experimentação, a criação, a descoberta, a coautoria do conhecimento.
- (E) felizes, porque cada um dos normais aprendeu no máximo de suas capacidades e porque os deficientes foram acolhidos nas turmas comuns em que foram integrados, com respeito e compaixão.

31. Macedo (2005) nos lembra que “a maneira como cuidar, integrar, reconhecer, relacionar-se com crianças e pessoas de modo geral com necessidades especiais e que, por isso, diferenciam-se ou utilizam recursos diferentes dos normalmente conhecidos ou utilizados sempre foi um problema social e institucional. Essa tarefa estava, antes, restrita à família ou a alguma pessoa que, por alguma razão, assumisse esse papel, bem como a instituições públicas (hospitais, asilos, escolas especiais, etc) especialmente dedicadas ao problema. Agora, espera-se que as escolas fundamentais incluam crianças que apresentem limitações”. Mantoan (2015), por sua vez, nos reporta todo um “percurso” legal, a partir da Constituição de 1988, passando pela lei de Diretrizes e Bases de 1996, pela Convenção da Guatemala, de 1999, e a da ONU, de 2006, e por diversos decretos, chegando ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), instituído pelo Decreto nº 6.094/2007, o qual “inaugura um conjunto de ações que
- (A) se tornam estruturantes para favorecer a garantia do acesso e da permanência dos estudantes com deficiência no ensino regular”.
 - (B) induzem a educação especial, que vinha avançando, a estagnar-se no estágio de integração de classes especiais em escolas comuns”.
 - (C) causam retrocesso no atendimento de deficientes mentais, com exigência de laudos médicos para a matrícula em classe especial”.
 - (D) exigem que todos os cursos de Pedagogia, ofereçam pós-graduação em Educação Especial para formar professores para deficientes”.
 - (E) garantem classes especiais em 10% das escolas públicas, em todos os municípios brasileiros, distribuídas por seus diferentes bairros”.
32. Na educação escolar, há relação entre inclusão e educação especial? Qual?
- De acordo com Mantoan (2015), a luta pela inclusão é referendada pela “ética em sua dimensão crítica e transformadora”. Na reflexão que a autora faz, sobre igualdade e diferença, ela cita Boaventura de Souza Santos (1995) para propor que “é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza”. Mantoan destaca que a inclusão se orienta pelos princípios constitucionais e analisa que, no processo de concretização das medidas legais da inclusão, a modalidade educação especial
- (A) permanece, em instituições próprias, mas apenas para os surdos-mudos e os cegos, que dependem de equipamentos especiais e de docentes habilitados para atender essas necessidades.
 - (B) se torna suplementar ou complementar ao atendimento em classe comum, como Atendimento Educacional Especializado (AEE), a quem necessite, em período oposto, com uma segunda matrícula.
 - (C) é integrada na escola regular, mas apenas para os deficientes físicos, que aprendem como os alunos normais, bastando que as escolas façam as adaptações arquitetônicas necessárias.
 - (D) sofre alteração somente para os deficientes mentais, que são incluídos nas turmas de classes comuns, e, aí, ajudados por monitores habilitados em atender tais deficientes.
 - (E) desaparece, pois é totalmente substituída pela inclusão dos portadores de necessidades especiais nas turmas de classes comuns, com o entendimento de que ela era discriminatória.
33. Observamos que, na atualidade, para ocupar a função de diretor de escola é necessário que a pessoa saiba tanto gerir quanto liderar. Assim, nesse contexto desafiador, dentre as ações fundamentais nas quais o diretor se vê envolvido, encontra-se o planejamento do trabalho educativo, complexo por natureza. A respeito desse tema, Libâneo (2018) afirma que “No planejamento escolar, o que se planeja são as atividades de ensino e aprendizagem, fortemente determinadas por uma intencionalidade educativa envolvendo objetivos, valores, atitudes, conteúdos, modos de agir dos educadores que atuam na escola”. Ainda, segundo Libâneo, no contexto escolar, o planejamento é
- (A) um processo intelectual da equipe diretiva da escola a qual define suas etapas de ação e garante sua execução perfeita.
 - (B) uma prática inflexível que, depois de finalizado, não permite ajustes.
 - (C) uma prática de elaboração conjunta dos planos e sua discussão pública.
 - (D) um processo contínuo e infalivelmente orientado para tomar decisões sobre o presente.
 - (E) uma atividade meticulosa que, necessariamente, garante o sucesso do empreendimento.

- 34.** Nota-se, no dia a dia, quão importante é a gestão da participação e da liderança frente a um estilo coerente com o processo educativo. Vencer os desafios e implementar estratégias de liderança eficazes é capital para que as instituições de ensino proporcionem uma educação de qualidade, justa e inclusiva. Entretanto, como coloca Ferreira (2013), “Toda e qualquer organização que tente implantar e desenvolver práticas de natureza participativa vive sob a constante ameaça da reconversão burocrática e autoritária dos seus melhores esforços. As razões para isso, são diversas: história de vida dos membros, supervalorização ideológica das formas tradicionais de gestão, demandas políticas difíceis de conciliar etc. ‘Contudo, vale lembrar que’ a participação se funda
- (A) no projeto de vida das pessoas envolvidas”.
- (B) na busca da igualdade social”.
- (C) na opção político-partidária dos cidadãos”.
- (D) no princípio da absoluta e irrestrita soberania popular”.
- (E) no exercício do diálogo entre as partes”.
- 35.** Para Libâneo (2018), “O princípio do planejamento justifica-se porque as escolas buscam resultados e as ações pedagógicas e administrativas buscam atingir objetivos. Há necessidade, pois, de uma ação racional, estruturada e coordenada de proposição de objetivos, estratégias de ação, provimento e ordenação dos recursos disponíveis, cronogramas e formas de controle e avaliação”.
- Para o “autor, o plano de ação da escola, ou projeto pedagógico, ao ser discutido e analisado pela equipe escolar, torna-se
- (A) o instrumento unificador das atividades escolares, convergindo em sua execução o interesse e o esforço coletivo dos membros da escola”.
- (B) uma espécie de documento de identidade da escola, mostrando a superioridade de seu trabalho às demais escolas e à comunidade”.
- (C) uma espécie de compromisso com a secretaria de educação, servindo para a demanda de todos os recursos necessários para sua execução”.
- (D) o guia para a gestão escolar acompanhar e exigir de cada profissional o cumprimento zeloso de sua parte”.
- (E) o documento de referência para que as famílias saibam o que podem e o que não podem esperar da escola”.
- 36.** Segundo Libâneo (2018) “o planejamento consiste numa atividade de previsão da ação a ser realizada, implicando definição de necessidades a atender, objetivos a atingir dentro das possibilidades, procedimentos e recursos a serem empregados, tempo de execução e formas de avaliações”. Na escola, constatamos a existência de diferentes níveis de planejamento: o projeto político-pedagógico, a proposta curricular e o planejamento didático-pedagógico, todos necessariamente articulados entre si.
- Ainda segundo Libâneo, “uma importante característica do planejamento é o seu caráter
- (A) duradouro”.
- (B) pontual”.
- (C) técnico”.
- (D) processual”.
- (E) formal/legal”.
- 37.** Qual o “lugar” do currículo no desenvolvimento do trabalho educativo escolar? Um autor que nos responde essa indagação é Libâneo (2018). Segundo ele, “O currículo constitui o elemento nuclear do projeto pedagógico, é ele que viabiliza o processo de ensino e aprendizagem”, “materializando intenções e orientações”, em objetivos e conteúdos.
- Nesse sentido, de acordo com o autor, “a proposta curricular é um nível do planejamento entre
- (A) o material didático adotado e as atividades programadas pelo professor”.
- (B) o programa oficial do Ministério da Educação e o trabalho docente”.
- (C) o projeto pedagógico e a ação prática”.
- (D) a produção de conhecimento científico e os planos de aula”.
- (E) a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o material didático adotado pela escola”.
- 38.** Sabe-se que o projeto pedagógico-curricular é um dos documentos da escola que sistematiza a organização do conhecimento no currículo, visto que possibilita a concretização do ensino por meio da seleção dos conteúdos considerados imprescindíveis à formação e emancipação dos estudantes, visadas pelo Projeto Político-Pedagógico.
- De acordo com Libâneo (2018), o projeto pedagógico-curricular “faz o ordenamento entre todas as atividades pedagógicas, curriculares e organizativas da escola, tendo em vista
- (A) a superação das dificuldades de aprendizagem”.
- (B) os objetivos educacionais”.
- (C) as expectativas educacionais da comunidade”.
- (D) a elevação da autoestima dos alunos”.
- (E) a transmissão do conhecimento”.

39. Toda Proposta Pedagógica ou Curricular exerce papel fundamental na definição da identidade e valores de uma escola. Ela é responsável por refletir e transmitir a visão educacional da instituição. Becker (2012), ao discutir os modelos empirista, apriorista e construtivista do conhecimento, apresenta argumentos favoráveis a este último.

Segundo ele, um dos postulados apresentados por propostas pedagógicas críticas ou construtivistas é o de que qualquer programa de ensino deve partir

- (A) do conteúdo programático.
- (B) dos ideais locais.
- (C) do nível de escolaridade em foco.
- (D) do saber do aluno.
- (E) dos documentos oficiais educacionais.

40. A ideia do protagonismo juvenil não é recente. Segundo Costa e Vieira, em uma obra que muito tem contribuído para a compreensão desse tema, *Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática* (2006), comentam que o protagonismo juvenil diz respeito ao envolvimento do jovem estudante em atividades que vão além do seu universo pessoal e familiar, gerando efeitos na vida em sociedade.

De acordo com Roger Hart, citado nessa obra, as abordagens didático-pedagógicas que favorecem ao protagonismo juvenil são as que propõem aos estudantes

- (A) conhecimentos que sejam capazes de sistematizar a cultura nacional.
- (B) atividades que direcionem suas vidas no sentido das ambições pessoais.
- (C) temas que os levem a ingressar na militância político-partidária.
- (D) tarefas padronizadas, que lhes facilitem o aprendizado do conteúdo abordado.
- (E) uma participação genuína em projetos que levem à solução de problemas verdadeiros.

41. Sabe-se que um dos objetivos da escola consiste em colaborar para que os alunos desenvolvam a consciência social, a cooperação em sentido amplo e a colaboração entre si, ou seja, promover, dessa forma, o protagonismo juvenil. Nessa direção, há necessidade de abordagens didático-pedagógicas que favoreçam a construção do referido protagonismo. Com vistas a encontrar tais abordagens, constatamos, na obra de Lemov (2023), a proposição de uma técnica cuja ideia-chave consiste em o professor, no decorrer da aula, fazer perguntas à classe em geral, sem direcionar especificamente a um determinado aluno, garantindo que todos os presentes tenham a expectativa de serem chamados a respondê-la, ou seja, de participarem de forma ativa no processo em curso.

Lemov denomina essa técnica de

- (A) “De surpresa”.
- (B) “Quizzes”.
- (C) “Fique atento”.
- (D) “Estude mais”.
- (E) “Esteja preparado”.

42. No cotidiano do trabalho educativo, planejamento e avaliação estão sempre presentes. Segundo Murici e Chaves (2016), “A etapa de planejamento contempla a busca do conhecimento necessário à solução de determinado problema, para que a meta seja alcançada. É necessário buscar o máximo de informações para entender com clareza o contexto no qual a escola está inserida”. Por sua vez, Libâneo (2018) afirma que, em geral, o planejamento da escola atende às seguintes funções: diagnóstico e análise da realidade da escola, definição de objetivos e metas, determinação de atividades e tarefas a serem desenvolvidas. Para ele, o processo de planejamento, também, inclui a avaliação dos processos e resultados previstos no projeto, visando à análise crítica e profunda do trabalho realizado e a reordenação de rumos.

Analisando-se as colocações dos dois autores, é correto concluir que

- (A) depende dos elaboradores: para alguns, é melhor avaliar antes de planejar, para outro, é melhor planejar e depois avaliar.
- (B) o planejamento deve sempre e tão somente anteceder a avaliação.
- (C) o planejamento e a avaliação são uma via de mão dupla, pois tanto orientam o processo educativo quanto fornecem dados para reorganizá-lo.
- (D) a avaliação pode, se necessário for, anteceder o planejamento.
- (E) somente na ação é que se pode decidir por onde começar: planejando-se primeiro ou avaliando-se primeiro.

43. É correto afirmar que, quando o docente elabora um planejamento, ele almeja atingir um dado objetivo e, nesse contexto, a avaliação fornece dados que lhe permitirão verificar o quanto ele está se aproximando do seu alvo, possibilitando-lhe, se necessário, rever o planejamento em questão. Um dos autores que aborda esse tema é Doug Lemov (2023). Segundo ele, a maioria dos professores das escolas públicas norte-americanas “faz referências intencionais em cada aula aos objetivos curriculares que estão buscando atingir”. Porém, ele destaca dois tipos de docentes: um “que planeja uma aula diária e, depois, decide em que objetivos essa aula está referenciada”; e outro “que estabelece todos os objetivos curriculares que devem ser cobertos em um mês, traduz esses objetivos em expectativas de aprendizagem e, depois, decide as atividades mais adequadas para alcançá-las naquele dia específico”. Lemov finaliza seu pensamento afirmando que “(...) o rigor da segunda abordagem
- (A) exige muito tempo de planejamento e muito detalhamento”.
- (B) tem maior probabilidade de dar resultados”.
- (C) é a preferida de professores com maior formação acadêmica”.
- (D) dificulta adaptações quando os resultados se mostram pouco satisfatórios”.
- (E) permite que os professores tenham uma visão ampla de suas metas de longo prazo”.
44. Quando se trata do processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, um ponto básico a ser considerado é a autoavaliação, isto é, a capacidade de o aluno avaliar seu próprio desempenho, progresso e habilidades, de forma crítica e reflexiva. Nesse contexto, o professor desempenha um papel fundamental: o de fornecer-lhes o suporte e as ferramentas necessárias para que eles possam autoavaliarem-se. Escolas que praticam a autoavaliação caracterizam-se por serem escolas ativas. Na obra “Educação e construção do conhecimento” (2012), Becker afirma que “a escola ativa promove a cooperação: o aluno realiza seu objetivo na completa dependência do outro. Os ambientes cooperativos são os laboratórios onde se produzem
- (A) anomia”.
- (B) heteronomia”.
- (C) competitividade intelectual”.
- (D) autonomia”.
- (E) generosidade e curiosidade”.
45. O trabalho do professor implica em planejar, desenvolver o planejado, avaliar o que foi desenvolvido e, a seguir, planejar novas ações. Assim, para dar continuidade a seu trabalho, o professor necessita compreender o que deu certo e o que não deu, buscando saber o porquê em cada caso. Nesse fazer, os docentes realizam, necessariamente, uma autoavaliação. Mas tal tarefa fica enormemente facilitada e aprimorada quando os gestores lhes dão apoio. Como coloca Libâneo (2018), “Todas as decisões e procedimentos organizativos precisam ser acompanhados e avaliados, com base no princípio da relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe escolar. Além disso, é preciso insistir que o conjunto das ações de organização do trabalho na escola está voltado para as ações pedagógico-didáticas, em razão
- (A) dos objetivos básicos da escola”.
- (B) da formação de cidadãos ativos e reflexivos”.
- (C) da qualidade de vida dos alunos”.
- (D) da transmissão de conhecimentos”.
- (E) do sucesso dos estudantes”.
46. Verifica-se que as escolas são locais em que são muito intensas as relações interpessoais, pois nelas as pessoas trabalham juntas, envolvidas em atividades, que, por suas características, podem gerar conflitos. Nesse contexto, observa-se que as pessoas desenvolvem sentimentos relativos a fatores como: relacionamentos, motivação, reconhecimento, satisfação e desempenho. Esse ambiente psicológico e emocional é denominado “clima organizacional”. A esse respeito, Murici e Chaves (2016) colocam: “Observa-se que a gestão do clima, a partir da identificação do nível de satisfação em relação às necessidades gera as condições favoráveis ao bom desenvolvimento pedagógico, motivando professores e alunos a alcançarem os melhores resultados possíveis”.
- Segundo as autoras, essa questão demanda um esforço de constante identificação dos pontos desfavoráveis e
- (A) cobrança constante por resultados.
- (B) comunicação clara do gestor.
- (C) análise eficiente de dados.
- (D) pulso firme do gestor.
- (E) atuação participativa.

47. Utilizando-se dos dados da Prova Brasil-2013, Waldhelm e Souza (2016) realizaram um estudo de natureza quantitativa cuja proposta era verificar a possível relação existente entre a liderança do diretor e o clima escolar (capturados pela percepção dos professores) com o desempenho dos alunos das escolas municipais e estaduais do Estado do Rio de Janeiro. Waldhelm e Souza analisam os dados obtidos frente à literatura da área e trabalhos como o de Brito; Costa (2010) e o de Rutter e colegas (2008), os quais destacam “a figura do gestor como um agente crucial na promoção de um clima favorável nas escolas”, assim como analisam os relatos dos professores participantes do estudo, os quais “colaboram para evidenciar a influência da gestão na construção desse bom clima de trabalho”.
- Com esses procedimentos, Waldhelm e Souza interpretam que “aspectos como gestão democrática, mobilização comunitária e fortalecimento da equipe parecem contribuir para
- (A) desenvolver, nos professores, interesse em se tornarem gestores, estimulados pelo bom exemplo de desempenho e liderança que esperam seguir”.
 - (B) atrair investimentos da secretaria de educação e projetos de pesquisa das universidades públicas, os quais nunca trazem melhora para o aprender do alunado”.
 - (C) promover o maior envolvimento dos professores nas atividades escolares, favorecendo o aprendizado escolar dos alunos”.
 - (D) a escola atrair bons professores que, para ela, se removem, mas sem melhorar o desempenho dos alunos”.
 - (E) conseguir interesse e boa vontade dos professores pelas atividades escolares, sem, contudo, influenciar positivamente o aproveitamento escolar dos alunos”.
48. Ceccon e outros (2009), em um trabalho sobre os conflitos na escola, destacam a diferença entre conflito e violência, argumentando que, tanto um quanto outro precisam ser bem administrados para não trazerem situações indesejáveis. Muitas vezes, as violências físicas ou psicológicas, entre outras, “são manifestações possíveis de conflitos sufocados ou mal manejados”. Os referidos autores ressaltam ainda, que “para criar uma escola em que haja a paz que todos desejam, deve-se intervir criteriosamente”, utilizando “estratégias e instrumentos apropriados” a cada um dos três seguintes “momentos distintos”: o de “prevenção da ruptura”; o da própria “ruptura” e o da “restauração”
- (A) da igualdade.
 - (B) do equilíbrio.
 - (C) da contraposição.
 - (D) do autocontrole.
 - (E) do contrato.
49. Ao desenvolvermos uma pesquisa sobre liderança escolar e resolução de conflitos, em uma escola da rede pública estadual, nos foi informado pela equipe de gestão da unidade, por professores, funcionários e alunos que, naquele local, não havia conflitos. Analisando tal informação à luz dos conceitos trabalhados na obra de Ceccon e outros (2009), entendemos que “o que parece ausência de conflito em um grupo pode estar sinalizando
- (A) confiança no grupo”.
 - (B) existência de muito diálogo entre os envolvidos!”.
 - (C) inexistência de divergências entre eles”.
 - (D) ausência de diálogo”.
 - (E) muita empatia no grupo”.
50. Ceccon e outros (2009), em sua obra sobre conflitos na escola e como lidar adequadamente com eles, apresentam estratégias restaurativas das interações em uma escola caótica. Para isso, eles indicam alguns passos como: “formar um pequeno grupo de interessados em ir ‘direto ao ponto’ e fazer juntos um Plano de Ação Inaugural”, que terá como objetivo levantar ações iniciais para criar conexão e segurança na escola. Para os autores, a meta desse trabalho é começar a tecer vínculos, cuja providência básica é ouvir professores, alunos, familiares e comunidade. Mas, é essencial, desde o primeiro momento,
- (A) trazer estudiosos para proferirem palestras sobre o tema “violência nas escolas”, aos familiares dos alunos problemáticos.
 - (B) conectar-se também com os alunos, pois são os mais aptos a reequilibrar uma situação caótica e desejosos disso.
 - (C) contratar pesquisadores para colherem e sistematizarem os dados, frente aos objetivos.
 - (D) cumprir as determinações das instâncias superiores, sem negligenciá-las em razão do Plano.
 - (E) expulsar os que vêm praticando violência na escola, porque, sem punição exemplar, o trabalho fica desacreditado.

51. Quando há conflitos mal administrados nas escolas, eles abalam a relação entre as pessoas, rompendo a conexão e tornando rotineiras as agressões entre pessoas. Em relação a isso, Ceccon e outros (2009) destacam a importância dos profissionais encarregados de lidar com os afetados por conflitos/indisciplinas terem conhecimentos básicos de mediação e de práticas restaurativas, como o círculo restaurativo, especialmente indicado para o caso das escolas caóticas. Enquanto a mediação costuma considerar o conflito quando envolve dois indivíduos, e a situação se resolve quando quem causou o dano ou ofensa oferece uma reparação, no círculo restaurativo, como explicam os autores, o foco não está nos indivíduos em conflito, mas no problema que pertence a todos e que eles trazem à roda, cujos encontros têm “apoio de um facilitador,

- (A) uma das lideranças da escola, um educador, um aluno ou um membro da comunidade”.
- (B) o diretor da escola, necessariamente”.
- (C) um psicólogo especializado nessas questões”.
- (D) um pai ou uma mãe de um dos alunos-problema”.
- (E) um representante da Diretoria Regional de Ensino da qual a escola faz parte”.

52. Murici e Chaves (2016), em sua obra “Gestão para resultados na educação”, apontam os vários aspectos que influenciam nos resultados educacionais, entre eles o conhecimento técnico dos processos e os métodos de gestão.

Em relação à liderança, Murici e Chaves afirmam que ela

- (A) prescinde de método, pois, apesar de importante, ele é secundário na gestão da educação escolar.
- (B) compreende a capacidade de mobilizar a comunidade escolar para executar o que foi planejado e dar passos necessários para alcançar as metas.
- (C) é entendida como algo natural que se aprende na medida em que se faz; portanto, o conhecimento do processo é adquirido com a experiência na gestão escolar.
- (D) pode ser adquirida por meio de conhecimento técnico dos processos de gestão escolar, ensinados na graduação; por isso, a formação de líderes pode ser realizada em cursos teóricos de ensino à distância.
- (E) é algo nato, estando relacionada à personalidade do indivíduo, portanto, o bom gestor é aquele que não precisa de formação nem inicial e nem continuada.

53. A propósito de haver, ou não, influência do tipo de gestão e do tipo de liderança das escolas na qualidade do trabalho educativo e de seus resultados, temos a contribuição de Gois (2020). Ele enxerga, como um dos aspectos mais importantes da gestão escolar, o de desenvolver pessoas, envolvendo a preocupação em apoiar os docentes, desenvolvê-los e ajudá-los a fazer um trabalho melhor. Gois aponta o sistema educacional de Singapura, como um dos sistemas que trabalham melhor com essa questão, pois lá, as escolas são consideradas comunidades de aprendizagem profissional.

Segundo o autor, “Uma das tarefas mais importantes da liderança escolar nos colégios daquele país é

- (A) identificar pontos fortes e fracos de cada profissional e elaborar um plano em conjunto para melhorar”.
- (B) exigir, apenas, que os candidatos aos postos de diretor analisem projetos elaborados pelos colegas”.
- (C) ter um sistema de mentoria, cuja função dos mentores de diretores é dar conselhos sobre o que deve ser feito”.
- (D) convencer os profissionais da escola de que sua formação depende de cursos externos, trimestrais, com formadores gabaritados”.
- (E) realizar uma prova para verificar os conhecimentos dos professores, a fim de encaminhá-los para os cursos de capacitação profissional”.

54. O trabalho educativo de uma escola é complexo e envolve muitas pessoas com diferentes funções que se articulam, podendo ser comparado a uma orquestra que, para funcionar como tal, exige um maestro, um líder. Soto (2005) faz essa comparação entre as grandes empresas e as orquestras, ao analisar e destacar as três habilidades da liderança: a habilidade técnica, a habilidade humana e a habilidade conceitual.

De acordo com estudos, ele relata que: “Na média, cerca de 90% da liderança de sucesso podem ser atribuídos à aplicação da inteligência

- (A) linguística”.
- (B) físico-sinestésica”.
- (C) emocional”.
- (D) lógico-matemática”.
- (E) existencial”.

55. Patton, Stone e Shein (2021) abordam como lidar com conversas difíceis com mais habilidade e confiança. Esse tema é muito relevante no contexto da educação escolar, em especial, para quem atua na gestão de pessoas. Esses autores indicam que o rumo é a conversa-aprendizado: “se queremos atingir nossos objetivos, temos muito o que aprender com os outros e os outros têm muito a aprender conosco”. Nesse tipo de trabalho, eles destacam que a abordagem da questão tem três propósitos, a seguir: 1. Conhecer a história do outro; 2. Expressar suas opiniões e sentimentos e 3. Solucionar o problema em conjunto. Patton, Stone e Shein orientam: “cada um tem a sua própria história. Vocês precisam de objetivos que deem conta desses fatos”.

De acordo com o exposto, é correto afirmar que os envolvidos precisam

- (A) convencer o outro de que ele está errado.
- (B) demonstrar tudo que o outro necessita aprender.
- (C) abordar os sentimentos do outro, julgando-os sem concessões.
- (D) exigir que os culpados confessos consertem as coisas.
- (E) partir de uma postura de aprendizado.

56. Paro (2015), em sua obra *Diretor escolar: educador ou gerente?*, analisa resultados de uma pesquisa sobre os aspectos políticos, pedagógicos e técnicos que envolvem a prática administrativa do diretor escolar. Esses últimos, segundo Paro, “por sua vez, têm a ver com todas as condições materiais e institucionais necessárias ao desenvolvimento da ação pedagógica, (...), passando por remuneração satisfatória e formação _____ adequada, até os espaços e tempos reservados para troca de experiências com colegas de trabalho e compartilhamento de experiências com _____”.

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) humanista ... as associações de classe
- (B) permanente ... a comunidade
- (C) profissional ... as entidades
- (D) extracurricular ... a universidade
- (E) inicial ... a mídia

57. A formação continuada do professor está presente na obra de Macedo (2005), ao abordar os contextos da aprendizagem do professor. Para ele, “... ensinar supõe ao mesmo tempo considerar-se como um aluno que deseja aprender. Um aluno que será sempre ele. Uma coisa é o processo de exteriorização, é o professor dando aula; outra é o processo de interiorização, o professor refletindo sobre sua prática e se dando oportunidades de aprendizagem para ensinar”. Outro estudioso sobre a formação continuada de professor é Becker (2012), que apoia suas ideias em Paulo Freire: “... o professor, além de ensinar, aprende e o aluno, além de aprender, ensina”.

Considerando esses posicionamentos conceituais dos autores, é correto afirmar que

- (A) Macedo fundamenta seu trabalho na abordagem escolanovista, e Becker, na abordagem construtivista.
- (B) Macedo e Becker fundamentam seus estudos na tendência pedagógica renovada.
- (C) Macedo fundamenta seus estudos na tendência pedagógica renovada, e Becker, na tendência pedagógica libertária.
- (D) Macedo e Becker fundamentam seus estudos na abordagem construtivista.
- (E) Macedo fundamenta seu trabalho na abordagem tecnicista, e Becker, na abordagem escalonovista.

58. Em sua obra *Organização e gestão da escola: teoria e prática*, Libâneo (2018) destaca a importância da formação continuada como uma das funções da organização escolar, envolvendo tanto o setor pedagógico como o técnico e o administrativo. O referido autor ressalta o “papel de destaque” da direção e coordenação pedagógica da escola para apoiar e sustentar “espaços de reflexão, investigação, negociação e tomadas de decisão” de modo participativo.

Dessa forma, os “elementos que asseguram a relação entre a organização escolar e o desenvolvimento pessoal e profissional dos professores: o projeto pedagógico-curricular, a gestão, a organização e articulação do currículo e a formação continuada” terão sua síntese na “cultura

- (A) acadêmica”.
- (B) material”.
- (C) colaborativa”.
- (D) popular”.
- (E) estruturante”.

59. O Feedback tem um papel importante na formação continuada de educadores escolares. Para Williams (2005), há quatro tipos de feedback: positivo, corretivo, insignificante e ofensivo. O autor afirma que um desses tipos é o mais difícil de se aplicar, pois muitas vezes são utilizados métodos tradicionais inadequados. Em razão disso, o autor apresenta cinco passos apropriados para essa aplicação de feedback: 1º) tente dar feedback positivo antes de qualquer coisa; 2º) faça perguntas cuidadosamente orientadas; 3º) diga claramente qual a mudança necessária; 4º) aplique a disciplina apropriada; 5º) estabeleça um limite.

Esses passos indicados por Williams referem-se à aplicação do feedback

- (A) corretivo.
- (B) insignificante.
- (C) ofensivo e do insignificante.
- (D) positivo.
- (E) ofensivo.

60. Gois (2020) discute a questão dos líderes escolares e o alcance de sua atuação em contextos sociais pouco desenvolvidos e em outros bastante desenvolvidos. Observa que os fatores políticos e institucionais, em diferentes sistemas tanto podem favorecer e aproveitar as lideranças para obter bons resultados educacionais, quanto podem desperdiçar essas lideranças desestimulando-as. As oportunidades e os tipos de formação continuada e apoio ao desenvolvimento de gestores são exemplos apontados tanto por Gois quanto por Paro (2015), ao analisarem as condições oferecidas pelos sistemas educacionais no Brasil.

Considerando pesquisas diversas sobre o tema, os autores avaliam que o reconhecimento e a valorização do potencial dos gestores escolares, por meio da organização de espaços e tempos de reflexão sobre suas práticas de liderança e gestão, compartilhando-as entre pares,

- (A) é uma mera reivindicação das entidades de classe dos gestores, com visões ideológicas semeadas, muitas vezes, por interpretações equivocadas de teses acadêmicas.
- (B) se tornou regra geral, não só no Brasil como em outros países da América Latina, mas as pesquisas não evidenciaram qualquer melhoria no atendimento pedagógico dos alunos.
- (C) conseguiu alavancar a qualidade dos resultados da educação escolar em alguns estados do Brasil, com financiamento externo, na década de 1960, mas não teve continuidade.
- (D) não passa de uma concepção ultrapassada, como se comprova com a implantação de novas tecnologias de ensino e das plataformas de formação on-line.
- (E) é fundamental para a formação continuada dos gestores e para uma crescente qualidade do trabalho educativo, mas não é a realidade que as pesquisas verificam, na maioria dos casos.

